

Agenda Brasil, 2027-2043: Superação, Prosperidade e Crescimento

Paulo Rabello de Castro
Lauro Vieira de Faria

Instituto Atlântico e RC Consultores

Colaboraram na análise e no texto, Marcel A. Caparoz e José Valter Almeida, da RC Consultores"

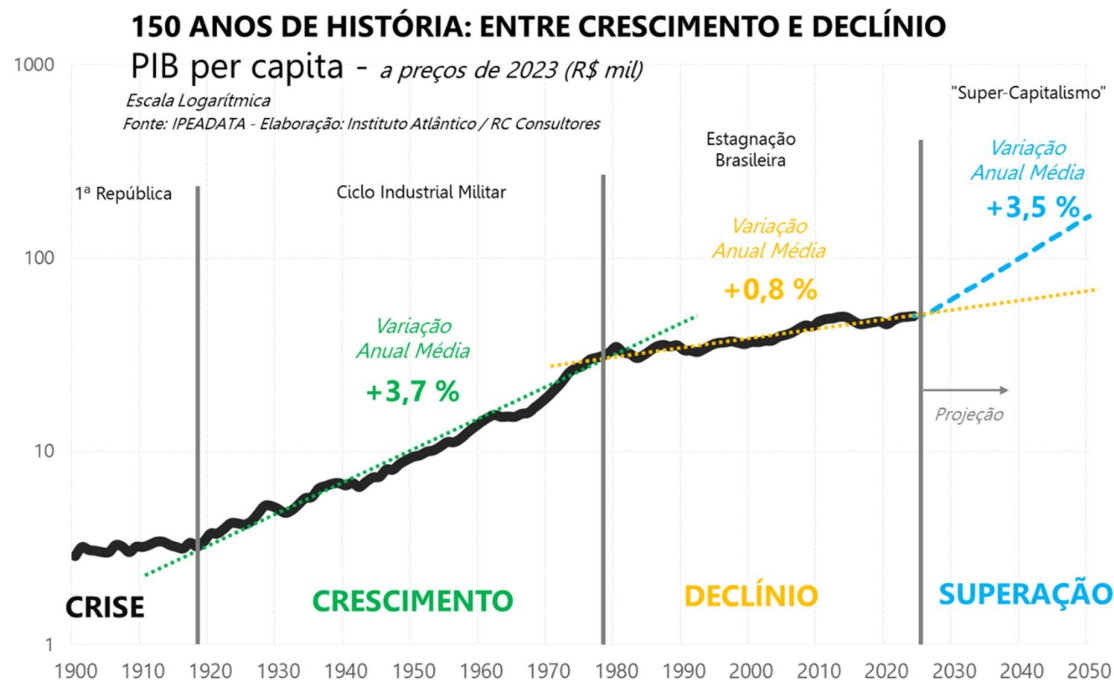
O propósito destas Notas

Os eventos da história brasileira no último centenário são bem caracterizados: um **avanço** marcante na primeira metade do período e a **estagnação**, com declínio relativo da renda por habitante, desperdício do bônus demográfico e perda de projeção de poder internacional durante a segunda metade, até os dias atuais (ver Quadro 1). O crescente desconforto percebido pela população em termos de perspectiva de futuro não é uma constatação recente, nem decorreu, primordialmente, da ascensão ao governo desta ou daquela corrente de pensamento. As causas da estagnação relativa e do declínio geral de perspectivas sociais devem ser procuradas no conjunto de escolhas feitas para se conduzir a gestão da economia, bem como da deterioração de valores adotados como princípios de acatamento geral pela sociedade. É o que pretendemos investigar nas próximas linhas, num apertado resumo dos estudos e propostas conduzidos pelo **Atlântico**, como Instituto de Ação Cidadã, desde 1993, com suporte permanente da área de pesquisas da **RC Consultores**.

O que sempre nos motivou foi a antevisão, compartilhada por economistas e juristas, empresários e líderes trabalhistas conviventes no **Atlântico**, sobre as previsíveis sequelas da desorientação ocorrida no País a partir da crise do petróleo da década de 1970 e das novas premissas juspolíticas aprovadas na Constituição de 1988, na esteira da falência do regime autoritário de 64. Tal visão crítica apontava claramente para a perda de rumo do País que, na altura da elaboração e proposição do primeiro Programa de Estabilização com Crescimento [PEC] produzido pelo Atlântico em 1993, ainda era uma noção bastante nebulosa na sociedade. Hoje, decorridas mais de três décadas, a percepção de falência do REGIME SOCIAL brasileiro passou a prevalecer e ser compartilhada, em maior ou menor grau, por segmentos majoritários da população, que se perguntam:

"O que, afinal, pode ter dado, de tão errado, conosco?"

Quadro 1



Um século, entre o Avanço e a Estagnação

O Brasil, como sociedade e economia, tem apresentado, nas quatro décadas mais recentes, um desempenho bem abaixo do seu potencial produtivo e muito aquém do que já conseguiu crescer e ampliar, em oportunidades para sua gente, nas décadas precedentes aos anos 1980, que marcam a primeira de uma série de “décadas perdidas”. No ciclo de mais de meio século precedente ao atual, que vai dos anos 1920 até os 1970 (ver Quadro 1) ocorreu forte industrialização no País, acompanhada de crescimento acelerado de cidades (rápida urbanização) e esvaziamento relativo do campo (migração campo-cidade) onde antes vivia e se ocupava a maioria da população até o fim da chamada “Primeira República”. Nesse período de alta performance do País, que podemos chamar de ciclo industrial-militar, a renda per capita do Brasil evoluiu ao ritmo de 3,7% ao ano, ritmo considerado muito positivo, uma vez que a população também crescia bastante, a mais de 3% ao ano, permitindo que o tamanho da economia brasileira, medido pela evolução do PIB (Produto Interno Bruto) pudesse dobrar a cada dez anos.

O ano de 1979 marca o fim desse mais de meio século de prosperidade. O excesso de endividamento externo e interno do País e as pressões pela democratização do País levam ao colapso do ciclo industrial-militar. A primeira “década perdida”, a dos 1980, começa pelo

agravamento da crise financeira, pela falta de reservas em dólares diante da triplicação do preço do petróleo, produto de cujas importações éramos muito dependentes àquela altura. A produção da agropecuária também tropeçou nos anos 1980, com a produção de grãos se arrastando abaixo de 50 milhões t/ano. Desenhava-se um panorama de restrição financeira em moedas fortes bem diferente do atual. A válvula de escape do País foi gerar mais emissões de moeda, sem lastro e altamente inflacionárias.

Seguiram-se vários planos de estabilização monetária, todos malogrados e ingressamos nos anos 1990 em situação quase hiperinflacionária. Veio o Plano Real em 1994, que colocou disciplina no campo monetário, embora agravando o quadro fiscal, sendo este, desde então, sobrecarregado pelas novas despesas no campo social (saúde e educação, mas sobretudo, previdência e assistência) mediante comandos de gastos automáticos e obrigatórios inscritos na nova Constituição “cidadã” de 1988. Para contornar a crescente pressão por gastos correntes, foi necessário escalar a carga tributária do País, que ultrapassou a faixa de 30% do PIB, agravando sobremaneira os tributos indiretos incidentes sobre a produção, o consumo, o faturamento das empresas e a contratação de mão de obra formal. A substituição de “menos inflação por mais impostos” foi, portanto, a fórmula improvisada, encontrada desde a partida do plano Real, para continuar financiando a expansão do tamanho do Estado, medido pela escalada do gasto público social.

A combinação da expansão descontrolada do tamanho do Estado com o aumento dos torniquetes financeiro e fiscal sobre o setor produtivo (juros altos com tributos crescentes) determinou o fenômeno da estagnação econômica e social do País, caracterizado pela paralisação da curva de produtividade e perdas de eficiência pelos excessos de interferência e burocracia da máquina pública sobre as atividades produtivas. Prova disso é a longa estagnação da indústria de transformação brasileira, cujo nível de produção permanece congelado nos mesmos índices da primeira década dos anos 2000. A expansão do agronegócio - em contraposição à estagnação da indústria - para além da contribuição de pesquisas da Embrapa, da abertura do Cerrado e do boom dos preços de commodities, encontra explicação, justamente, no fato de a agricultura haver se protegido melhor, politicamente, do torniquete financeiro-fiscal de juros e impostos aplicados aos demais setores.

As duas décadas iniciais dos 2000 não conheceram políticas econômicas internas capazes de alterar a condição de relativa estagnação da economia brasileira. Com o plano Real, algumas premissas de gestão da economia foram introduzidas sob a égide de um “tripé” de orientações: meta de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante. Pela primeira dessas

premissas - meta de inflação - se definiu que o combate à inflação se daria por meio de cargas elevadas de juros, como as que vêm sendo praticadas pelo Banco Central desde então, sem qualquer visão crítica sobre as sequelas financeiras e fiscais desse “remédio” aplicado em doses exorbitantes, com o olhar complacente do Congresso Nacional, dos mercados e da opinião pública. A segunda premissa - de superávits fiscais - permitiu a disseminação da falsa noção de que uma carga tributária crescente, imposta para cobrir gastos fiscais em expansão acima do ritmo do PIB, seria sempre “neutra” sobre a atividade econômica e, portanto, justificável. Mais uma vez a visão crítica da sociedade tem falhado. A carga tributária crescente afeta grandemente a capacidade de investimento do setor privado sobre o qual ela incide, causando uma extração de recursos (o “*crowding out*”) que faltarão, no momento seguinte, para elevar a produtividade e a eficiência econômicas.

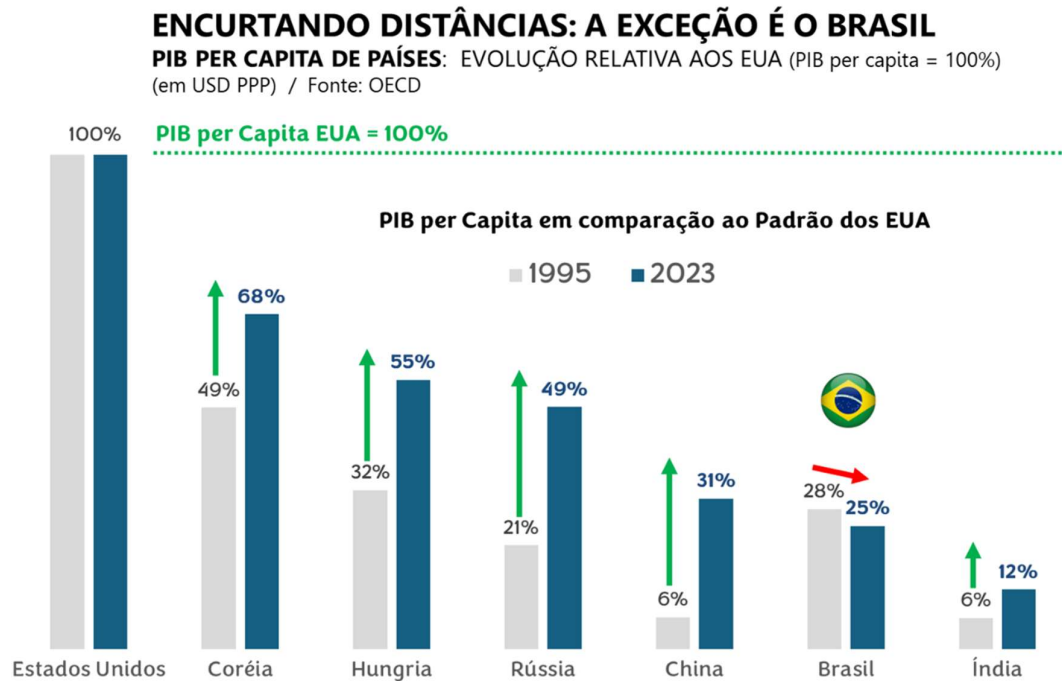
Portanto, juros altos e carga crescente de impostos não são “elementos neutros” nem “instrumentos aceitáveis” para assegurar uma economia dinâmica e vigorosa. São ferramentas de “extração econômica” que deveriam ser usadas sempre com muita parcimônia e avaliação crítica, o que nunca aconteceu. A única premissa do tripé que funcionou a contento - o regime de “câmbio flutuante” - assim aconteceu por ser uma variável (a taxa de câmbio) determinada pelas próprias forças do mercado e não por imposição de decisões políticas ou “técnicas”. O câmbio, no entanto, tem oscilado entre períodos de alta valorização e forte desvalorização do Real, o que se traduz em oscilações intensas do poder de compra dos brasileiros e períodos de inflação fora da meta.

Lentamente, os segmentos pensantes da sociedade brasileira, tardiamente, começam a perceber os enormes custos econômicos dessas “premissas macro” de atuação governamental, nascidas de um lema político popularizado na década de 1980, o “*Tudo pelo Social*”. **Esse “tudo pelo social” tem resultado numa estagnação relativa do País, cujo umbral de pobreza oscila mas não é afastado. A multiplicação de interferências no campo social via bolsas de auxílio e subvenções financeiras não nos tem livrado de permanecer atrelados a elevados índices de carência e vulnerabilidade alimentar.**

O antigo modelo de desenvolvimento que o Brasil experimentou até os anos 1970 do século passado se transformou num “modelo de estagnação” baseado em assistências financiadas por extração econômica, que apenas circulariza a pobreza, magnificando apenas o tamanho da máquina pública que controla esse círculo vicioso. As premissas econômicas do País estão redondamente equivocadas. Ao comparar o desempenho relativo do Brasil com outras nações emergentes ao longo dos últimos 40 anos, tendo como referência unitária a renda per capita dos EUA em cada ano desse período, constatamos, com espanto e tristeza, que a

renda relativa brasileira, que alcançava 28% da norte-americana em 1990, caiu para 25% em 2024 (ver Quadro 2). Enquanto isso, os países emergentes, de modo geral, conseguiram, de fato, “emergir” da pobreza, embora partindo, cada um, de posições bastante distintas, mas quase todos conseguindo apresentar forte avanço em suas rendas per capita em relação ao padrão da renda per capita norte-americana.

Quadro 2



A conclusão inevitável é a de que temos estado marcando passo, senão regredindo, enquanto outras nações avançam. Estamos parados no espaço e no tempo desde a virada de 1980. Perdemos a noção de compromisso coletivo com o desenvolvimento. Nossas “marcações” de progresso agora dizem respeito, sobretudo, a indicadores de assistência contra a pobreza e não a mecanismos de sua efetiva superação definitiva. Os orçamentos do Estado brasileiro foram inteiramente sobrecarregados por gastos de cobertura assistencial e de compromissos de natureza financeira (juros sobre juros). Não sobra qualquer espaço para o avanço efetivo que, naturalmente, exigiria mais investimentos na infraestrutura, na formação profissional, na ciência e tecnologias aplicadas. Chegamos a um ponto-limite, facilmente identificado pela eclosão da violência e do ódio social, marcas da profunda desigualdade persistente em nossa sociedade. Já passou da hora de rever o atual “modelo de estagnação”.

Raízes econômicas e políticas da estagnação persistente

O Atlântico, como Instituto de estudos e de ação cidadã, tomou como missão, desde sua criação em 1993, o exame das raízes do longo processo de estagnação, que começa a ser percebido desde a conturbada fase dos chamados “planos econômicos” heterodoxos, ocorridos, aqui e em países vizinhos da América do Sul, ao longo dos anos 1980. A diferença de ritmos de crescimento entre o Brasil e os países emergentes na Ásia, Europa mediterrânea e do Leste e Oriente Médio se torna mais evidente a partir dos anos 1990, quando se compara a evolução da renda per capita brasileira com a desses outros países emergentes, recém egressos da pobreza, ao se livrarem de regimes autoritários fechados. Alguns exemplos são notáveis, como o da Polônia no leste europeu, dos ibéricos Espanha e Portugal, dos emergentes da franja sul-asiática (Taiwan, Vietnam, Indonésia, Malásia e Singapura, entre outros) e Coreia do Sul, todos precedidos pela abertura econômica pragmática de Deng Xiaoping na China e pela falência da antiga União Soviética. **O desenvolvimento acelerado dos países emergentes ocorreu, portanto, em ambiente de abertura política e menos repressão, e não do endurecimento de regimes políticos. Contudo, a abertura para a democracia no Brasil não nos trouxe, a despeito de outros países, a retomada do vigor na economia.**

O relaxamento dos controles dos fluxos de capitais entre países e a forte expansão do comércio global, num ambiente de hegemonia militar dos EUA (a Pax Americana) facilitou a impulsão dos investimentos nos novos emergentes, que logo se apressaram em definir bases amigáveis de recepção das indústrias manufatureiras emigradas dos países avançados (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França). O Brasil se beneficiou apenas marginalmente dessa forte migração de capitais e tecnologias. Não se cuidou, entre nós, de revisar criticamente as contas do “Custo Brasil”, a fim de facilitar a recepção desses capitais de fora. Continuamos sendo um “país caro para produzir”. Nem tampouco se cuidou, isso sendo mais grave, de avaliar as condições de atratividade para os investidores internos. Os poucos comandos relativos à “segurança econômica” na Constituição de 1988 - referentes ao planejamento público, gestão tributária e financeira, eficiência administrativa e fiscal - permaneceram, praticamente, como letra morta até o presente.

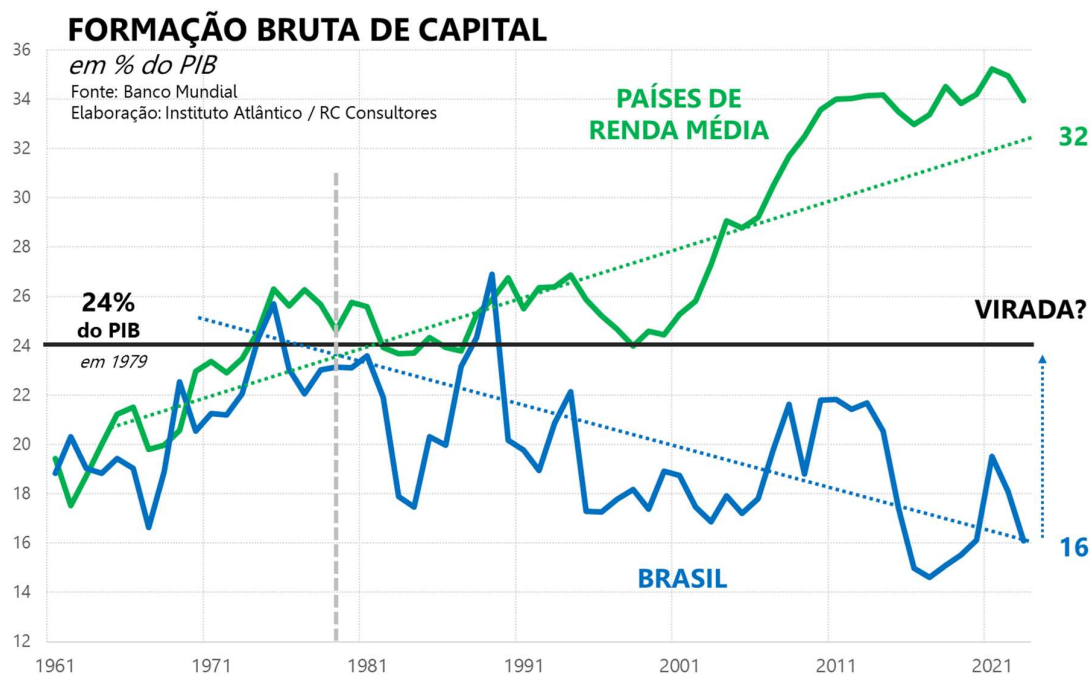
O evento singular de uma **Revisão Constitucional**, previsto nas disposições da CF88, marcado para ocorrer em 1993, cinco anos após sua promulgação, foi inteiramente desperdiçado. **A Revisão de 1993 se cumpriu apenas como ato formal, despojada sequer de uma medida substancialmente revisora do texto original.** A CF88 permaneceu atrelada a sua vocação “antediluviana”, escrita - como foi - sob a premissa de que haveria um

outro mundo – o céu socialista - a ser emulado por detrás do muro de Berlim. O tal muro, carregado de suas crenças na bondade e falácias autoritárias, ruiu exatamente em outubro de 1989, um ano após a promulgação da nossa quimérica Carta de 1988. Pior tem sido o acachapante conjunto de Emendas (mais de 130 até hoje) gestadas e promulgadas após o não-evento da Revisão de 1993. Em sua absoluta maioria, são Emendas constitucionais que penduram privilégios, ordenam gastos obrigatórios, criam benefícios sem fontes de recursos, engordam o Estado regulador e burocrático e, na sua assimétrica prolixidade, condenam a sociedade a transferir toda e qualquer questão jurídica para a sede constitucional, assim tornando o Supremo Tribunal na instância primária do “*animus litigandi*” da angustiada sociedade brasileira.

A impulsão para o crescimento, mediante investimentos públicos e privados comparáveis aos da concorrência de outros emergentes, foi a variável ABANDONADA pelos gestores do País e nunca cobrada pelo Poder Legislativo nas janelas de supervisão de objetivos nacionais previstas na legislação vigente. O Legislativo brasileiro sequer supervisiona um Orçamento completo, já que deixa de contemplar criticamente a principal fonte de despesa, que é a dos encargos financeiros sobre a dívida federal. O descolamento entre o comportamento dos investimentos no Brasil em relação aos emergentes de renda média, exposto no Quadro 3, chega a ser dramático. Os emergentes, na média, aceleraram oito pontos de percentagem a partir dos anos 1990, de 24% para cerca de 32% sobre seus PIBs respectivos. Enquanto isso, a partir dos anos 1980, o Brasil tem tido um comportamento de ponta-cabeça, afundando seus investimentos da média de 24% na direção de 16%. O fosso que se abre hoje entre os emergentes e o Brasil é dramático, uma diferença entre 32% e 16%.

A taxa de investimento do Brasil mal atinge à metade daquela obtida pelos emergentes. Não admira, por isso, que nossa renda per capita evolua tão devagar, e assim vamos ficando para trás. Esse freio nos investimentos tem raízes nos comandos constitucionais - não menos de que isso - e resulta de “premissas sociais” adotadas pelo comando político do País, pelo estamento burocrático em Brasília, quase inobstante as preferências ideológicas do grupo alçado ao poder.

Quadro 3



A questão central que emerge para o Brasil como nação estagnada pode ser desdobrada em duas perguntas:

- 1) *Por que demoramos décadas para perceber o absoluto fracasso de nossos objetivos?*
- 2) *Quais os sintomas da “doença do declínio”? Como vencê-la com presteza e eficácia?*

É disso que iremos cuidar agora.

Doença do Declínio e Agenda de Superação

Estamos diante de uma enfermidade coletiva cujos sintomas são múltiplos e entrelaçados, já que existe uma estreita interação entre os vários fatores que favorecem e consolidam o declínio histórico do País. É doença curável, sem dúvida, porém de tratamento complexo e algo demorado. Exige persistência no rumo da cura. Requer a **SUPERAÇÃO** dos elementos que promovem a prisão do País na doença. Daí apelidar nossa receita como Agenda de Superação.

Para facilitar a caracterização da complexidade multifacetada dessa doença do declínio, utilizamos o acrônimo COVID, pois nos lembrará sempre, não só da gravidade, como sobretudo da dificuldade no seu combate. A COVID social do País é o produto combinado de cinco manifestações da enfermidade, em permanente interação no organismo da sociedade brasileira. É o **C**, do alto Custo de Vida, é o **O**, do Ódio Social, é o **V** da Violência, o **I**, da Ignorância e, finalmente, o **D** das Doenças. Esse quinteto mórbido da COVID resume bem as prioridades de uma **Agenda de Superação**.

C.O.V.I.D.

A “DOENÇA SOCIAL” A SER COMBATIDA E DEBELADA



CUSTO DE VIDA



ÓDIO SOCIAL



VIOLÊNCIA



IGNORÂNCIA



DOENÇAS

O próximo mandatário deve concentrar suas prioridades nesses cinco aspectos ou manifestações. Se o fizer, aprofundando o engajamento geral na soluções requeridas, o País pode superar a COVID no prazo de um mandato presidencial, abrindo portas e janelas para novo ciclo de PROSPERIDADE E CRESCIMENTO sustentável. Mas o engajamento na Agenda de SUPERAÇÃO precisa ter, de fato, apoio majoritário da população. Esta precisa enxergar com clareza as VANTAGENS da superação do declínio. Os ganhos para cada indivíduo precisam ficar evidentes, não só em termos de empregabilidade como de acumulação patrimonial. Não basta mais, como no passado, que o líder assegure a todos que “o Brasil vai ganhar”. Daqui para frente, será preciso que cada um ganhe por si - pessoal e individualmente - e que enxergue para si e para sua família uma janela de prosperidade aberta para o futuro. Nesse sentido, o pacto político não pode se limitar a supostos ganhos decorrentes de mais investimentos, que produzem vantagens difusas na coletividade, como a infraestrutura, a proteção ambiental e o avanço científico. **Cada indivíduo precisa perceber como poderá APROPRIAR os ganhos da Agenda na sua órbita familiar. Portanto, o conjunto de ações, numa Agenda de Superação, precisa “dialogar” com as naturais ambições dos brasileiros, sobretudo dos mais jovens, que estarão usufruindo de mais expectativa de vida a partir do momento da virada.**

A COVID social e seu tratamento

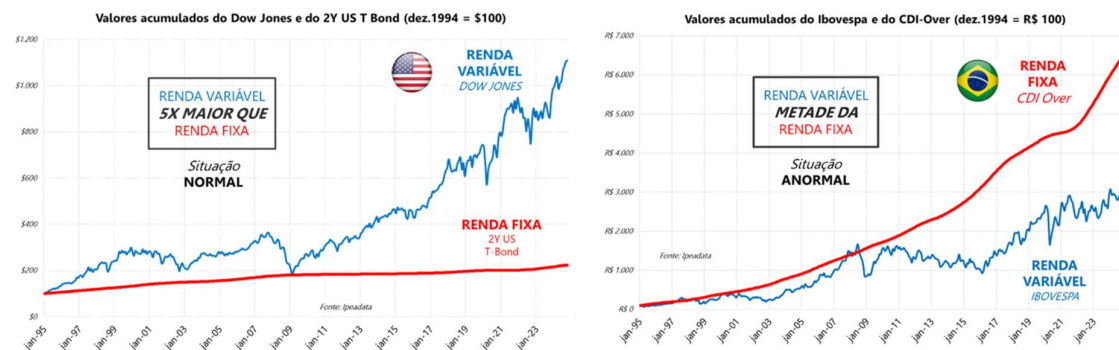
Toda enfermidade requer diagnóstico e o especialista trabalha com sintomas que ajudam a mapear a doença. Com a COVID brasileira não é diferente. Começemos pelo C do alto Custo de Vida. O termo diz respeito ao poder de compra dos brasileiros. Não se refere à inflação em si, como fenômeno de alta persistente dos preços, mas do NÍVEL dos preços no cotejo com demais países. Seria como um índice Big Mac de captura do custo de uma cesta ampla de consumo. O custo dessa cesta de produtos é afetada, de modo geral, pelos fatores interferentes na formação dos preços que compõem tais bens e serviços. São exemplos de fatores interferentes: (1) a taxação indireta (impostos e contribuições sociais incidentes na produção - sobretudo nos contratos de trabalho - e circulação), (2) custo financeiro decorrente da posição do juro básico (Selic) e dos juros bancários, (3) custo da energia incidente no processo produtivo, (4) custos de transporte nos vários modais, (5) custos de “conformidade” burocrática (para ficar em dia com obrigações acessórias e regulamentos, (6) custos de conformidade legal (para se ter segurança jurídica num negócio) (7) custos de internação de importações (tarifas), (8) custo de comunicações, (9) custo de acesso a tecnologias, (10) custo de conformidade ambiental. Esses dez fatores não esgotam uma lista de elementos interferentes. São parte dos levantamentos do chamado **Custo-Brasil**. Sabemos que o Custo-Brasil onera a produção, da origem ao consumo final. Mas, apesar de diagnósticos frequentes, não há um combate sistemático ao elevado Custo-Brasil como política de governo.

Duas evidências são suficientes para ilustrar a gravidade desse sintoma da COVID coletiva. A política de juros altos para combater inflação deixa um rastilho de sequelas financeiras sobre a produção nacional. O Quadro 4 exhibe a diferença entre o nível de juros praticado no Brasil e nos EUA. Em ambos os países o nível do juro básico é comparado com a valorização média das ações cotadas em bolsa, que representam o ganho acumulado das chamadas aplicações de risco em atividades diretamente produtivas. A boa teoria econômica ensina que todo risco comanda uma remuneração compatível para quem o assume. E que mais risco é, em geral, acompanhado de maior remuneração ou ganho. Portanto, é de se esperar, no cotejo entre os ganhos acumulados, dos papéis de dívida de governo, quase sem risco, e de aplicações em riscos empresariais, que estes últimos acumulem mais ganhos ao longo dos anos, pois cobrem os maiores riscos assumidos. No Quadro, verificamos que a teoria econômica encontra evidência prática nos EUA: a renda sobre papéis do Tesouro americano vai se acumulando, ao longo do tempo, bem abaixo da valorização de empresas em bolsa.

Mais risco, mais remuneração. Mas não no Brasil. Aqui, a teoria econômica foi substituída por uma realidade paralela: os papéis do Tesouro Nacional têm sido, ao longo de décadas, melhor aplicação do que os de ações de empresas. E com grande diferença acumulada entre as respectivas valorizações. A evidência da **distorção financeira essencial** da economia brasileira deveria ser suficiente para um exame radical de sua origem na prática recorrente de juros como única ferramenta disponível para o controle inflacionário. Os juros altos freiam a demanda do setor produtivo e do consumo para abrir espaço para os gastos do governo não cobertos por arrecadação. Não se trata de constatar uma demanda geral aquecida, e sim, de um segmento dando passagem a outro para gastar além da sua conta. Há uma enorme repercussão fiscal decorrente da conta de juros deixada para os contribuintes do setor produtivo pagarem nos exercícios seguintes. Essa prática odiosa e ineficiente de controle de inflação, copiada de países onde os juros só agora começam a pesar como componente orçamentário, não tem sofrido qualquer tipo de avaliação crítica pelo Legislativo, nem pela sociedade como um todo.

Quadro 4

EUA x BRASIL: VALORES ACUMULADOS NA RENDA FIXA x NA RENDA VARIÁVEL

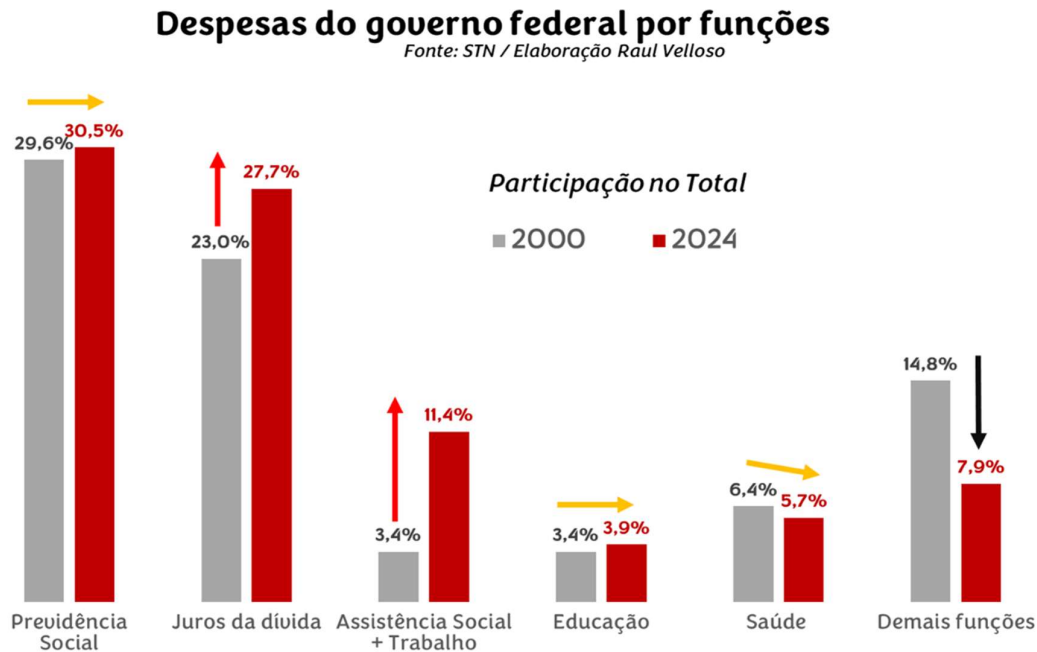


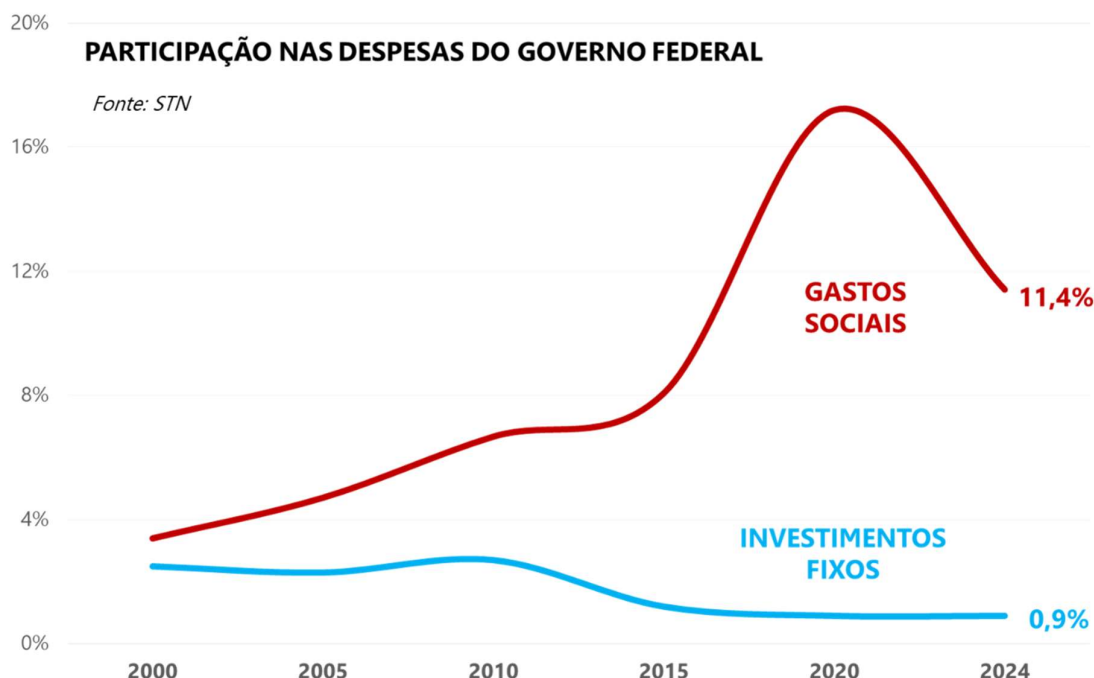
O Custo de vida, só pela distorção financeira dos juros no Brasil, já nos coloca em posição desvantajosa perante outros centros de produção e consumo. Mas se pode acrescentar aspectos piores, como exemplo. A carga tributária no Brasil passa muito do cotejo com outros emergentes, sobretudo pelo maior peso relativo da taxação indireta, sobre bens e serviços, onde o Brasil lidera amplamente esse polêmico campeonato de custo tributário. A reforma tributária do consumo, recém aprovada, paradoxalmente, pouco fez para reduzir o custo tributário do conjunto da cesta de consumo. A alíquota resultante será, provavelmente, a mais elevada do planeta. Mais um elemento interferente grave sobre o C da COVID brasileira.

Ficaremos por aqui para não alongar a descrição dos demais oito itens da pauta de elevação do custo de vida no Brasil. Isso não significa que esses outros itens sejam menos ruinosos.

Apenas demos os exemplos mais chocantes de interferência ampla e incidência grave. Prosseguindo, vem o O, do Ódio Social. Esse sintoma vem sendo explorado politicamente por governos sucessivos, que se apresentam, não como combatentes dos processos sociais que acentuam a desigualdade de renda, mas como manipuladores dessa desigualdade. Com efeito, disseminou-se a política de **compensações de rendas**, como bolsas de auxílio, subvenções e benefícios, que não prevêem saída dos programas, apenas elegibilidades de entrada neles. A área dos Gastos Sociais (Assistência Social e Trabalho) apresenta, no Quadro 5, uma expansão explosiva no orçamento federal, consumindo mais de 11% do total não financeiro, e que seria bastante mais se as subvenções carregadas impropriamente na rubrica previdenciária fossem deslocadas para a de assistência. O Brasil virou o país dos assistidos. Na maioria dos estados brasileiros há mais população assistida por alguma verba federal do que pessoas ocupadas com carteira assinada.

Quadro 5





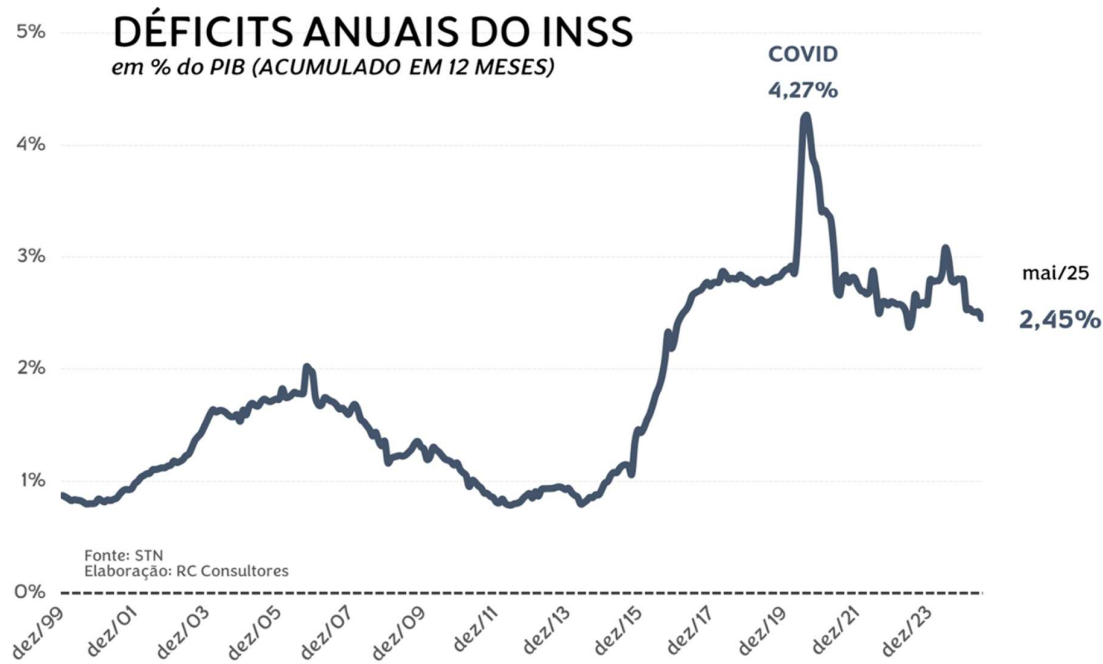
Medidas de assistência, por vezes essenciais, se tornaram moeda política da pior qualidade, que pouco contribuem para estreitar o fosso entre os que têm e os que quase nada têm. O Brasil continua um campeão em desigualdade de renda. Em relação à concentração de riqueza (patrimônio) o quadro é ainda mais grave. Décadas de subvenções crescentes, com forte impacto de engessamento orçamentário, pouco fizeram para atenuar os elevados índices Gini de desigualdade de rendas. O País produtivo, que reduziria desigualdades por expansão de empregos com crescente produtividade, sucumbe ao peso do país assistencial, que gasta com uma mão do governo, mas toma de volta, com a outra, dos mesmos assistidos, mediante impostos indiretos, juros mais altos, investimentos acanhados e, por isso, menor crescimento de empregos.

As sequelas no mundo do trabalho são variadas e sérias. Talvez a mais grave é a indução à informalidade na busca por trabalho. A carteira de trabalho virou mais uma custosa miragem. Com isso, murcham dia a dia as contribuições previdenciárias, abrindo o fosso do déficit previdenciário, cuja rubrica, junto com os encargos da dívida pública, é um dos itens de mais pesada contribuição ao agudo déficit público.

É forçoso constatar o insucesso da última reforma previdenciária. As sonhadoras projeções de superávits nessa rubrica viraram déficits ampliados, como mostra o Quadro 6. Muitos estudiosos de contas públicas consideram, com razão, o desequilíbrio da Previdência Social como o mais espinhoso problema das finanças brasileiras. Entendemos ser a previdência

social o segundo desafio em tamanho, pois o primeiro é, sem dúvida, a conta financeira dos encargos anuais sobre a dívida federal, conforme nos mostra o Quadro 7.

Quadro 6



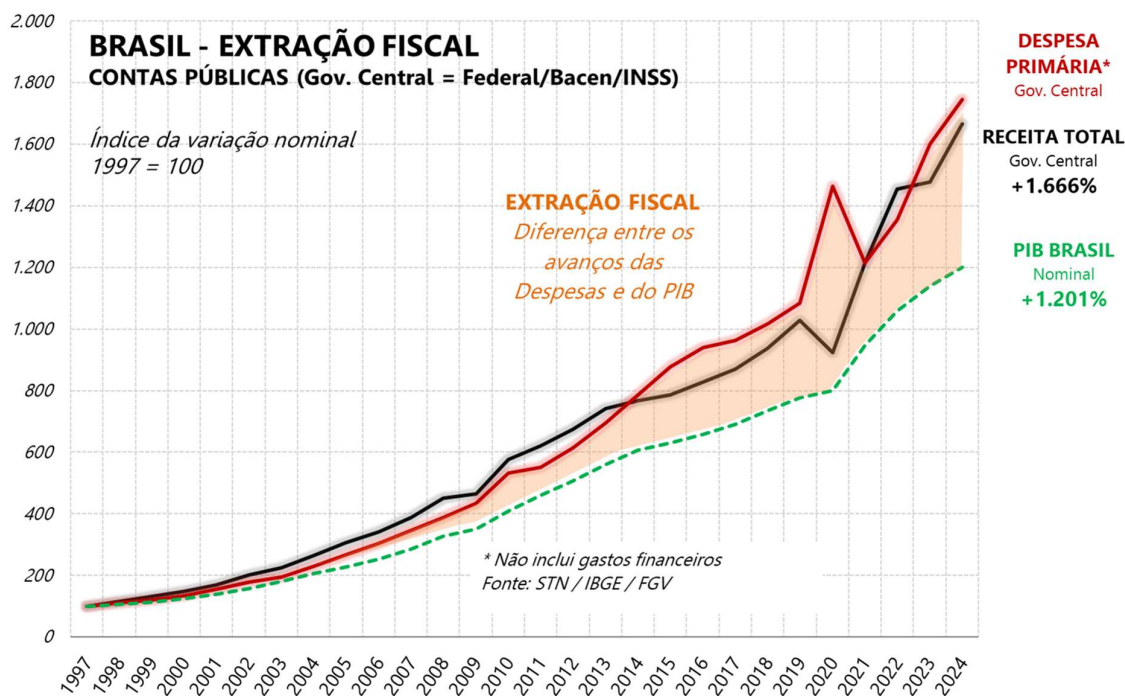
Quadro 7



JUROS PAGOS PELO SETOR PÚBLICO

em % do PIB (ACUMULADO EM 12 MESES)

mai/25



A Agenda de Superação deve prever um ataque frontal aos impasses de ordem financeira, tributária, orçamentária e administrativa, previdenciária e assistencial. Estamos falando de uma Revisão inteligente e percuciente dos gastos públicos como um todo. Não se trata de mero “ajuste fiscal” nem apenas de mais uma regra de teto de gastos mas, sim, da definição

de um novo REGIME SOCIAL baseado na contenção de gastos por critérios de eficiência e equidade, bem como de absoluta coordenação monetário-fiscal para se aplicar um “breque” à extravagância dos juros praticados pelo Banco Central. A desigualdade social no Brasil será reduzida em termos permanentes apenas quando houver ampliação vigorosa de oportunidades no mundo do trabalho e uma política ativa de apropriação em massa do capital acrescentado ao processo produtivo, algo que Peter Drucker, entre outros, chamou de “pós-capitalismo”. **Hoje entendemos ser melhor denominar esse largo instrumento de distribuição de riqueza via propriedade imobiliária e por participação em fundos de aposentadoria como sendo uma forma avançada de “super-capitalismo”,** dado que a característica típica de acumulação acelerada do processo capitalista clássico não é perdida; ocorre, sim, a superposição institucional de mecanismos automáticos de distribuição do capital na medida em que este vai sendo multiplicado em seu valor.

Metas governamentais de redução substancial da Violência, de ampliação da Educação eficiente e de Atenção efetiva à Saúde completarão o combate aos três elementos finais da COVID coletiva, o V da Violência, o I da Ignorância e o D das Doenças. **Nos três segmentos de ataque aos sintomas do declínio econômico e social do País, o foco principal das políticas públicas deve ser o da apropriação mensurável de mais capital humano pelos cidadãos que participarão da corrente de Superação nacional.** Mais capital humano é quantitativamente alcançável quando se mata menos, quando se rouba menos, quando se fraudas menos, quando se destrói menos patrimônio físico ou ambiental. Mais capital humano também é diretamente decorrente de mais crianças concluindo etapas de uma educação eficiente e atualizada para o mundo digital avançado no qual irão se ocupar, assim como de mais cursos profissionalizantes para os jovens, mais aprendizagem engajada para os que perderam a curva da formação básica e treinamento continuado para os adultos. Políticas específicas voltadas para acelerar o alcance de metas educacionais nesses campos precisam ser definidas e implantadas. Do mesmo modo, a expansão do capital humano em Saúde física, mental e emocional terá suas metas específicas bem definidas no capítulo do combate às doenças. Com isso, a cidadania brasileira estará individualmente engajada no processo de Superação do declínio nacional. **Não existe qualquer outro apelo coletivo que ultrapasse, em capacidade de mobilização, o das políticas públicas voltadas a repartir melhor o capital que vai se acumulando com o avanço mais acelerado da economia. A esse processo de envolvimento integrativo em massa é que chamamos de “super-capitalismo”.** O super-capitalismo será a marca do sucesso na bopa gestão pública no século 21.

Prosperidade e Crescimento Sustentável

A etapa de Superação da estagnação e declínio se conclui na medida em que os sintomas da COVID coletiva vão desaparecendo e cedendo lugar a uma percepção individual de ampliação de oportunidades e de possibilidades reais de mobilidade vertical na pirâmide de renda e de aquisição patrimonial. É a perspectiva de aquisição da casa própria, do filho na escola e com um canudo valioso na mão, é a chance da compra da moto, do automóvel e do caminhão, da máquina e da oficina, da sala de trabalho, das ferramentas de trabalho. Tudo tem a ver com apropriação gradativa e cada vez mais disseminada do Capital, em todas as formas de que se reveste a instrumentação humana para gerar e acumular riquezas. **Esse deve ser o papel essencial da política governamental neste século: instrumentar a grande massa da população brasileira para apropriar e comandar seu próprio Capital. Essa é a fórmula nova do Capital no século 21, se quisermos aplacar o Ódio Social decorrente da constatação de desigualdades crescentes.**

Estimamos que a etapa da Superação da COVID coletiva pode demorar o prazo máximo de dois mandatos presidenciais, ou seja, não mais do que oito anos, estendendo-se, no máximo até meados da década dos 2030. Mas ainda não enfrentamos a primeira das duas perguntas que colocamos para nossa reflexão sobre o declínio nacional do último meio século.

Por que, afinal, tem demorado tanto a reação da população – seja pelo recado das urnas, seja pelo ronco das ruas – em reação a tantos e tão graves prejuízos em termos do crescimento perdido, por longos anos, pela estagnação brasileira relativa a outros países?

Prosperidade e Crescimento

A resposta a essa pergunta fundamental – por que tarda tanto a reação dos prejudicados – requer identificar, ao menos superficialmente, a racionalidade dessa atitude de “acomodação” por parte de largos e relevantes segmentos da sociedade brasileira. De fato, a acomodação existe e é facilmente reconhecida, mesmo por quem reluta em admitir que o conformismo esteja instalado até nas camadas menos favorecidas. A razão parece ser até simples: o País instituiu extensas e profundas políticas de “compensação” que, muito desigualmente, é verdade, vão postergando o grau de exasperação do empresário, da dona-de-casa, do trabalhador, do estudante, do investidor, do abastado, do carente. Para cada grupo supostamente prejudicado, há uma válvula de escape oferecida pelo campo político. Para os que enfrentam os juros mais altos do planeta, há créditos direcionados e subvencionados,

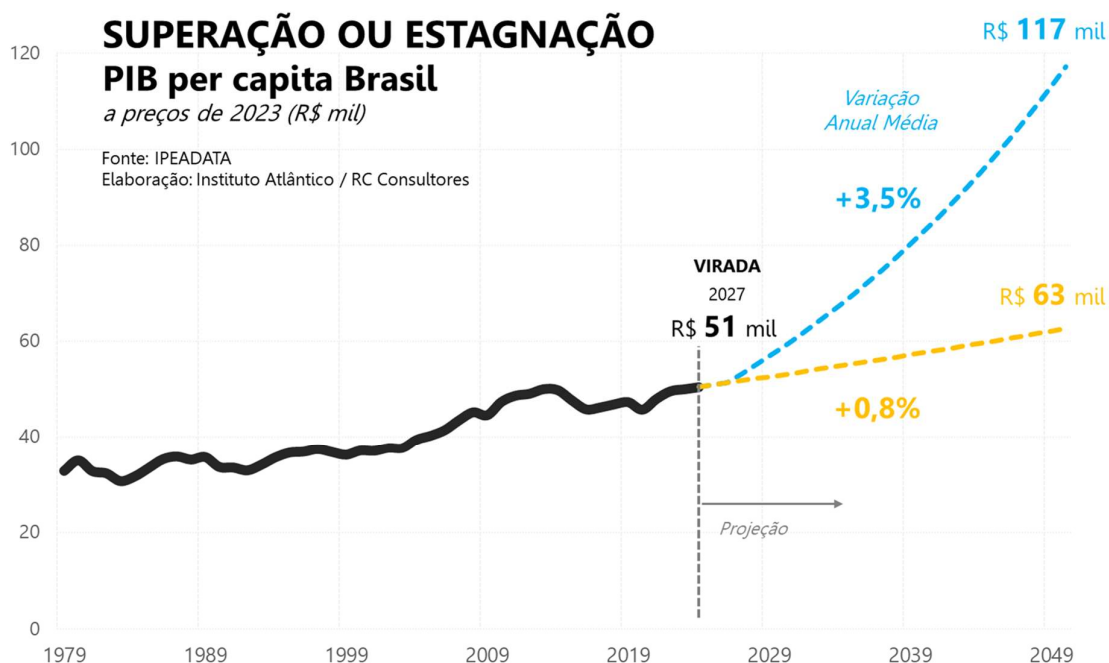
que não chegam a todos mas apoiam a narrativa de socorro pelas autoridades. Para a carga tributária mais onerosa, há um sem-número de casos especiais previstos em lei. Para quem enfrenta a carestia, há os auxílios disso e daquilo e as bolsas de complementação de rendas. Para quem não contribuiu para a previdência, há extensos esquemas de suporte de renda a ser financiados pelos que pagaram suas contribuições. Para quem se dedicou de “corpo e alma” ao serviço público, haverá garantia de renda equivalente ao pessoal da ativa. E por aí vai se espalhando a política de vastíssimas compensações, que cria mecanismos de tolerância recíproca entre os grupos de interesses e nos convida a um “cala-boca” geral e irrestrito.

As políticas de compensação são, ademais, vastamente constitucionalizadas. Viraram garantia, em sede legal máxima, de que ninguém sairá muito prejudicado. O prejuízo está localizado no resultado final, na última linha, que é o potencial de crescimento, rebaixado pelo alto grau de interferência do Estado na vida das empresas e dos cidadãos, sempre com a melhor das intenções. Com produtividade geral variando a zero, o País não usufrui do avanço que viria do aperfeiçoamento institucional. Pelo contrário, há multiplicação de leis e de políticas públicas para engessar as atividades e frear as iniciativas. O sistema de compensações sociais exige que o País evolua devagar e sob escrutínio atento das agências. Reverter esse padrão tão enraizado exigirá atuação coordenada, articulada e muito rápida. A janela aberta para tal **mudança de regime social** é a mudança da própria Constituição de 1988, mediante REVISÃO não ocorrida, finalisticamente, em 1993. Alguns comentaristas usam o termo EMENDÃO pois, sem ferir cláusulas pétreas, se pode oferecer ao debate do Congresso Nacional, na próxima legislatura, um conjunto de emendas articuladas entre si, para modificar as cláusulas constitucionais arcaicas e esclerosadas. Do ponto de vista de oportunidade, tal janela se abre no início de 2027. Esse seria o ano da virada, do *turn around*.

O ano de 2027 representa um divisor de águas. A leitura dessa grande oportunidade escapa às principais forças políticas que hoje se apresentam. com estas que aí estão, não ocorrerá virada nem recomeço institucional. A renovação dos personagens é tão urgente quanto a adoção da nova Agenda. Esta será, inicialmente, de Superação, mas não sem avanços concomitantes da etapa seguinte, a da Prosperidade e Crescimento. São projetos voltados a estruturar e a transformar, não apenas destravar. A população deve perceber, desde logo, que a REVISÃO OU EMENDÃO pode de fato tirar a sociedade das suas zonas de conforto. Haverá dúvidas sobre a eficácia e ganhos da mudança. O avanço precisa ser rápido e certo. E os resultados precisam estar espelhados no crescimento acelerado da renda por pessoa, como mostramos na projeção do Quadro 8. São dois caminhos distintos que se apresentam à escolha da população, o da acomodação (os voos

de galinha da economia) com crescimento potencial da renda per capita limitado a cerca de 1,5% ao ano. Outro é o caminho da virada e da Superação. Trará o resgate do crescimento da renda anual per capita para a faixa de 3,5% ao ano, restaurando um ciclo de Prosperidade. Em termos evolutivos, o País se aproximaria, na metade do atual século, como um país desenvolvido, com o **DOBRO DA RENDA PER CAPITA** da opção do voo de galinha. Num caso, estaríamos repetindo, pelos próximos 25 anos, o que temos tido de resultado per capita nos cinquenta anos passados. Na alternativa pela qual nos batemos, haveria a nova experiência do “super-capitalismo” entre nós e o resultado seria alcançar um estágio de renda, por pessoa em média, semelhante aos europeus ibéricos da atualidade. O ganho seria espetacular e com a expectativa de ser conduzido com repartição intensiva da riqueza acrescentada no ciclo de avanço.

Quadro 8



É relevante concluir repetindo a condição essencial para a adesão da sociedade e, especialmente, das camadas mais jovens da sociedade. Todos precisam viver as novas bases de participação no capital social, apropriando fatias mais graúdas do enriquecimento geral. Hoje o Brasil ainda exibe uma das estruturas de renda e riqueza mais desiguais do planeta. Décadas de assistencialismo bem-intencionado pouco fizeram para mitigar a desigualdade gritante. Entretanto, a proposta da Agenda de Superação, Prosperidade e Crescimento nos traz uma natureza distinta do antigo capitalismo: a repartição acelerada do capital acrescentado. Com isso, que pode ser medido, o índice Gini de

desigualdade deve cair em, pelo menos, dez pontos percentuais ao longo do novo ciclo. Uma parcela desproporcionalmente elevada do novo capital será apropriada pelos que virão chegando – as novas gerações -, por meio de quatro portas de acesso à prosperidade, via capital imobiliário, patrimônio previdenciário, capital humano e patrimônio ambiental. Até 2050, boa parte do capital acrescentado à riqueza nacional será objeto de repartição intensiva. Todos ganharão muito com os acréscimos de riqueza, porém os beneficiários mais fortemente contemplados serão aqueles cujo ciclo de vida os aproximará do século vindouro.

Quadro 9

